

Sumário

Prefácio (Miguel Reale Jr.), ix

Introdução, 1

1 Aproximação ao conceito de intimidade, 9

- 1.1 Evolução do conceito, 9
 - 1.1.1 Conteúdo remoto da intimidade, 9
- 1.2 Conteúdo contemporâneo de intimidade, 12
 - 1.2.1 Intimidade do Estado liberal: direito de estar só, 13
 - 1.2.2 A intimidade do Estado totalitário e da sociedade industrial: privacidade-personalidade, 17
 - 1.2.3 Intimidade-garantia, 18
 - 1.2.4 A intimidade na sociedade tecnológica. Informação e globalização, 20
- 1.3 Diferença entre intimidade, informação confidencial, segredo e privacidade, 24
 - 1.3.1 Confidencialidade e segredo, 27
 - 1.3.2 Intimidade e vida privada, 29
- 1.4 Intimidade como direito fundamental. Perspectiva da Constituição, 33
 - 1.4.1 Fundamento da intimidade: a dignidade da pessoa humana, 38
 - 1.4.2 Proporcionalidade e conflito entre direitos fundamentais, 41
 - 1.4.3 Intimidade e outros direitos fundamentais, 50
 - 1.4.3.1 Liberdade de imprensa, 50
 - 1.4.3.2 Segurança pública e persecução criminal, 53
 - 1.4.3.3 Liberdade de pesquisa científica, 57



- 1.5 A intimidade e o Código Civil: direito da personalidade, 57
- 1.6 Intimidade como direito da terceira geração e direito à autodeterminação informativa, 59
- 1.7 Intimidade e o direito a não saber, 70
 - 1.7.1 Necessidade de manifestação para que se preserve o direito a não saber, 75
- 1.8 Normas que tutelam a intimidade, 78
 - 1.8.1 Fontes legislativas dos direitos de terceira geração, 78
 - 1.8.2 Algumas previsões legais do direito à intimidade, 79
- 1.9 Para o futuro: a intimidade como direito ao anonimato, 84
- 1.10 Por um conceito de intimidade e vida privada, 93

2 Intimidade e direito penal, 97

- 2.1 Direito Penal diante da intimidade, 97
- 2.2 Sociedade atual e sociedade de risco, 98
- 2.3 Risco e expansão do Direito Penal, 104
- 2.4 Bem jurídico e mutabilidade, 117
- 2.5 Risco e perigo abstrato, 119
- 2.6 Risco em relação à intimidade: a sociedade da vigilância, 122
- 2.7 A ampliação penal diante dos novos riscos: o exemplo do *cibercrime*, 124
- 2.8 Vias alternativas ao Direito Penal, 131
- 2.9 Reagir ao Direito Penal com mais Direito Penal: a questão da relativização da intimidade, 134

3 Violação de segredo e sigilo profissional, 137

- 3.1 Código Penal e tutela da liberdade individual, 137
- 3.2 Bem jurídico tutelado, 138
- 3.3 O delito de revelação de divulgação de segredo do artigo 153 do Código Penal e sua necessária relação com a intimidade, 145
- 3.4 O segredo profissional. Características gerais relacionadas à intimidade, 145
- 3.5 Sujeito ativo e sigilo profissional como norma penal em branco, 149
- 3.6 Segredo profissional e causas de justificação, 151
- 3.7 O dano a outrem, 162
- 3.8 Causa de justificação e sopesamento de bens: o caso especial do sigilo médico, 163
- 3.9 Sigilo médico e dever de denunciar, 166
- 3.10 Sigilo médico e oferta de provas ao procedimento penal. A intimidade dos dados médicos, 170
- 3.11 Proteção aos dados de saúde, 174
- 3.12 Sigilo profissional e tutela da intimidade, 176



- 4 Intimidade genética, 177**
 - 4.1 Genética e intimidade, 177
 - 4.2 Premissa: o Projeto Genoma Humano, 178
 - 4.3 Intimidade genética e seu conceito, 180
 - 4.4 Genética e ciência: um novo determinismo?, 187
 - 4.5 Dados genéticos e relações laborais, 196
 - 4.6 Dados genéticos e contratos de seguro, 200
 - 4.7 Dados genéticos e saúde pública, 207
 - 4.8 A criação de um sistema de dados genéticos para identificação humana, 209
 - 4.9 As Declarações da Unesco sobre bioética e dados genéticos humanos, 216
 - 4.10 A relevância penal das informações genéticas, 222

- 5 Aspectos relevantes da legislação nacional, 225**
 - 5.1 Autonomia do bem jurídico da intimidade e sua enunciação, 226
 - 5.2 Criação de um delito autônomo de violação da intimidade, 227
 - 5.3 A proteção de dados pessoais, 229
 - 5.4 Delitos de Internet e computador, 231

Conclusões gerais, 235

Bibliografia, 243